

[105]

O jogo duplo dos ricos

21-04-01

[Padrão protetor de política agrícola vinga nos países desenvolvidos, ma já há arrependidos]
[Condicionar a Alca ao fim dos subsídios agrícolas é ingenuidade ou demagogia]

Ao pregarem o liberalismo econômico e protegerem suas agriculturas, os EUA e a UE fazem um perdulário “jogo duplo”. Esta condenação das políticas agrícolas dos dois principais centros dinâmicos da economia mundial talvez seja a única tese unânime no Brasil. Ainda está para nascer um partido, um órgão de imprensa, ou algum colunista que afirme o contrário. E quando se tenta saber como se explica a extraordinária persistência de tal paradoxo, o máximo que se consegue é um veemente repúdio ao poder dos jurássicos lobbies setoriais.

Ninguém pode negar, contudo, que o desempenho agrícola dessas nações garantiu às suas populações um inédito grau de abundância alimentar. Foi somente nos últimos quarenta ou cinquenta anos que um punhado de países da América do Norte, Europa e Leste Asiático conseguiu afastar de seus horizontes a desnutrição, chaga que acompanha a humanidade há muitos milênios, e que continua a degenerar os pobres da maioria dos 150 países que não entraram no restrito clube dos desenvolvidos. A tal ponto que os sócios desse clube passaram a enfrentar o problema inverso: as doenças causadas por dietas pletóricas.

Claro, não existe qualquer lei que relacione proteção aos agricultores e fartura alimentar. Em princípio, nada impede que o livre funcionamento dos mercados também possa garantir o abastecimento alimentar das modernas sociedades de massa. O problema é que não há um único exemplo histórico que confirme essa possibilidade teórica. Ao contrário, não somente todos os países do Primeiro Mundo foram levados a proteger suas agriculturas, como a necessidade dessa proteção se mostrou fortemente correlacionada com a rapidez do crescimento econômico. As mudanças da política agrícola do Japão, em 1961, ou de Taiwan, em 1973, foram idênticas às que ocorreram nos EUA em 1933 e na maioria dos países do oeste europeu durante os anos 1950. Um mesmo padrão protetor de política agrícola acabou vingando em todos os países desenvolvidos. E até hoje, o único que se arrependeu foi a Nova Zelândia...

Durante a elaboração da última lei agrícola dos EUA, em 1995/6, o Congresso até chegou a surpreender todos os analistas especializados ao adotar algumas propostas que pareciam anunciar uma ruptura com o padrão protetor inaugurado pelo “*New Deal*”. Todavia, o resultante “*Fair Act*” não teve mais do que três conseqüências práticas: um bom reforço da vocação exportadora de produtos de clima temperado (principalmente grãos), mais sete anos de sobrevida para os cartórios do algodão, arroz, amendoim, açúcar e fumo, e a manutenção dos esquemas de segurança alimentar (como os *food stamps*).

Não se deve estranhar, portanto, que o Senado decida agora acrescentar aos subsídios agrícolas já existentes mais US\$ 5 bilhões nos seis meses que restam do atual ano fiscal e mais US\$ 7,35 bilhões no ano que vem. Ou que já esteja previsto um acréscimo de US\$ 63,5 bilhões aos recursos federais destinados à sustentação dos preços agrícolas entre 2003 e 2011. Só a American Soybean Association já prevê que a ajuda governamental à produção de soja mais do que dobre, passando de US\$ 2,8 bilhões em 2000 para US\$ 7,9 bilhões em 2003. A única coisa bizarra nisso tudo é que tais medidas e previsões tenham sido adotadas justamente quando empresários do agronegócio brasileiro se vangloriavam em Buenos Aires de terem convencido seus parceiros americanos a aceitarem que a eliminação dos subsídios seja parte integrante das negociações para a criação da Alca.

As metamorfoses da política agrícola dos EUA nos seus quase 70 anos de existência ignoraram comparações internacionais de competitividade, e sempre responderam a imperativos de desenvolvimento regional e coesão social. É puro devaneio imaginar que instituições sedimentadas por tantas décadas de pragmatismo venham de repente a ser abolidas para atender à eficiência do Mercosul em algumas commodities. Podem até surgir compromissos parciais, como a eliminação progressiva de subsídios às exportações. Mas até 2005 não ocorrerá nada de parecido a uma abolição dos esquemas domésticos de sustentação de preços e ajudas diretas. E são estes os responsáveis por fortes expansões de oferta que derrubam as cotações mundiais.

É enorme a inércia das instituições que compatibilizaram no Primeiro Mundo o inevitável amesquinamento econômico do setor agropecuário com a emergência de novas e imensas classes médias. Por isso, a pretensão de que o fim dos subsídios agrícolas norte-americanos seja condição *sine qua non* para um acordo sobre a Alca em 2005 só pode ser pura ingenuidade, ou mera demagogia. Quem acha o contrário precisa consultar as obras de William Browne, por exemplo, *Cultivating Congress: constituents, issues, and interests in agricultural policymaking* (University Press of Kansas, 1995), ou de Robert Salisbury, como *Interests and institutions: substance and structure in American politics* (University of Pittsburgh Press, 1995).